

A INCLUSÃO ESCOLAR DE UM ESTUDANTE COM BAIXA VISÃO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Rosângela Maria Albuquerque¹
Francisca Jeiciane Silveira²

INTRODUÇÃO

A inclusão das pessoas com deficiências visuais, cegueira ou baixa visão, no espaço escolar, ainda se constitui como um processo desafiador, muito embora se perceba que os avanços nas estratégias pedagógicas para o ensino destes sujeitos tenham sido relevantes.

O desafio é garantir que esses discentes consigam ter condições de aprendizagens com suporte especializado, que promovam a equidade. A escola deve estar preparada com recursos humanos, tecnológicos, condições arquitetônicas e financeiras para acolher, incluir e ensiná-los. Para que estes indivíduos consigam aprender, é necessário que conheçam e dominem o sistema braile, a fim de desenvolverem as competências de leitura, escrita e matemática.

A aproximadamente 200 anos, Luis Braille criou o sistema Braille de leitura e escrita para pessoas cegas. Esse sistema se constitui em 64 sinais em relevo, com os quais é possível, por meio de combinações, escrever as letras do alfabeto, os números, as vogais acentuadas, as pontuações, as notas musicais, os símbolos matemáticos e outros sinais gráficos.

No contexto da inclusão de pessoas com deficiências visuais, é crucial reconhecer que "incluir significa organizar e implementar respostas educativas que facultem a apropriação do saber, do saber fazer e da capacidade crítica e reflexiva; envolve a remoção de barreiras arquitetônicas sim, mas sobretudo das barreiras atitudinais" (CARVALHO, 1999 apud FERREIRA, 2007, p.44). Essa perspectiva reforça a necessidade de preparar o ambiente escolar não apenas fisicamente, mas

¹ Mestra em Educação pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Professora de Matemática na EEMTI São Francisco da Cruz. <http://lattes.cnpq.br/94444913804506940>

² Especialista em Atendimento Educacional Especializado. Professora na EEMTI Maria Conceição de Araújo. <http://lattes.cnpq.br/8146877131213664>

também em termos de cultura e atitudes, para acolher todos os estudantes em suas diversidades.

Destarte, este artigo se constitui de um estudo de caso de caráter qualitativo. A pesquisa qualitativa busca observar os fenômenos em seu ambiente natural, sendo também conhecida como pesquisa "naturalística" (ANDRÉ, 1995, p.17). Essa escolha metodológica proporciona uma compreensão mais profunda e contextualizada dos temas abordados.

O objetivo central dessa investigação é apresentar informações referentes à prática pedagógica escolar inclusiva, para um estudante com baixa visão, sob a ótica desse discente, no decorrer dos três anos do Ensino Médio. Para coleta de dados, foi utilizada uma entrevista semiestruturada, composta de oito questões, que versam sobre as experiências de ensino e aprendizagem vivenciadas pelo sujeito do estudo.

A análise e discussões dos dados fundamentou-se na teoria sociointeracionista de Vigotski uma vez que, as práticas educacionais inclusivas necessitam de suportes específicos e mediação para que o ensino e a aprendizagem possam ocorrer de modo satisfatório.

Assim, para que se compreenda melhor a dinâmica do ensino e da aprendizagem para alunos com deficiência visual, especificamente, aqueles que têm baixa visão, apresenta-se a seguir uma discussão teórica acerca desta temática, que embasará a análise e conclusão desta pesquisa.

A História e Evolução do Sistema Braille

O sistema Braille, concebido por Louis Braille em 1825 na França, representa um marco na educação de pessoas com deficiência visual. Desenvolvido no Institut Royal des Jeunes Aveugles em Paris. Este método de leitura e escrita tátil, originalmente chamado de "Procédé de L. Braille", permitiu a inclusão educacional e social de indivíduos cegos. Louis Braille, que ficou cego após um acidente na infância, dedicou sua vida a criar um sistema que transformaria radicalmente o acesso ao conhecimento para as pessoas cegas, superando as limitações da época em termos de tratamento médico e recursos educacionais. (CERQUEIRA, 2006; REILY, 2004).

Desde cedo, Louis Braille não deixou que a deficiência visual limitasse sua educação. Dotado de uma memória e habilidade verbal excepcionais, ele absorveu conhecimento com facilidade e, aos dez anos, obteve uma bolsa no Institut National

des Jeunes Aveugles. Lá, além da continuação dos estudos regulares, Braille teve a chance de aprofundar-se na música, aprendendo piano e tornando-se organista. Sua experiência ao aprender música sem partituras foi crucial no desenvolvimento do sistema de escrita que leva seu nome. (REILY, 2004).

Louis Braille dedicou sua vida ao desenvolvimento e à busca por reconhecimento oficial do sistema Braille, apesar da fragilidade de saúde, devido à tuberculose adquirida na juventude. Mesmo debilitado, continuou a ensinar e a se apresentar como músico até seu falecimento, em 1852. Inicialmente rejeitado no Institut National de Paris, o sistema Braille foi secretamente adotado pelos alunos e, oficialmente, somente após a morte de Braille, em 1854.

O método se disseminou globalmente, ganhando reconhecimento oficial da UNESCO e se estabelecendo como o principal meio de leitura e escrita para pessoas cegas. Chegou ao Brasil em 1850, oficializado com a fundação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos. A falta de padronização inicial gerou desafios, mas o sistema Braille permaneceu como uma ferramenta essencial para a inclusão educacional de pessoas com deficiência visual.

Para promover a unificação do Sistema Braille em áreas linguísticas específicas, facilitando o intercâmbio literário e o avanço técnico para pessoas com deficiência visual, a UNESCO iniciou em 1º de julho de 1949, sob a coordenação de Sir Clutha Mackenzie, uma série de conferências globais, concluídas em 31 de dezembro de 1951. O Brasil participou ativamente, contribuindo de modo promissor para a padronização do Braille em Matemática e Ciências, culminando no acordo luso-brasileiro de 1963.

Este esforço global resultou na adoção universal do Sistema Braille, abrangendo não apenas a literatura, mas também campos como matemática, música e informática, demonstrando sua versatilidade e importância contínua na educação inclusiva.

Educação Inclusiva e a Legislação: Garantindo Acesso Equitativo na Escola

A legislação em torno da inclusão escolar vai além do simples atendimento às Necessidades Educacionais Especiais (NEE) de crianças e adolescentes. Embora as políticas inclusivas tenham sido implementadas, a sociedade se engana ao acreditar que todos os alunos estão plenamente integrados no processo educacional. Apesar

dos esforços, o Brasil ainda enfrenta desafios significativos, como altas taxas de analfabetismo, evasão e repetência escolar, além da exclusão daqueles que não se encaixam nos padrões tradicionais de aprendizagem.

O conceito de inclusão é recente e está ligado à adoção da filosofia da inclusão social, que busca reformar os sistemas sociais existentes para garantir que todos os indivíduos, independentemente de suas peculiaridades, tenham acesso igualitário as oportunidades.

De acordo com o Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB) n. 2, de 11 de setembro de 2001, o Brasil opta por manter os serviços especializados como medidas extraordinárias e transitórias. No entanto, é essencial garantir que a educação inclusiva não se limite a retomar propostas antigas que não foram totalmente implementadas.

A implementação da inclusão escolar requer mudanças nos sistemas de ensino, nas escolas e na prática educacional de cada profissional, respeitando suas particularidades. É essencial reconhecer os embates atuais em torno da coexistência da educação inclusiva com serviços especializados e garantir que todos os estudantes com deficiência tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de suas necessidades individuais.

Nesse sentido, alguns autores sustentam que:

Vale sempre enfatizar que a inclusão de indivíduos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não consiste apenas na sua permanência junto aos demais alunos, nem na negação dos serviços especializados àqueles que deles necessitem. Ao contrário, implica uma reorganização do sistema educacional, o que acarreta a revisão de antigas concepções e paradigmas educacionais na busca de se possibilitar o desenvolvimento cognitivo, cultural e social desses alunos, respeitando suas diferenças e atendendo às suas necessidades. (GLAT; NOGUEIRA, 2002, p.26).

Desse modo, o planejamento e a implementação de políticas educacionais para atender os alunos com NEE exigem um entendimento profundo da inclusão escolar e das implicações ético-políticas decorrentes de sua adoção. É fundamental definir claramente os princípios e diretrizes nos planos e programas elaborados, o que permite a definição dos papéis da educação especial e o local do atendimento desse alunado.

As leis desempenham um papel crucial no processo de integração das diversidades no contexto educacional, buscando garantir a inclusão efetiva do ser humano na escola e na sociedade em geral. No entanto, no Brasil, apesar das garantias legais às pessoas com NEE, ainda existem barreiras que impedem sua verdadeira inclusão nas instituições escolares. Muitas vezes, essas pessoas são excluídas, e os educadores enfrentam percalços na adaptação do ensino para atendê-las.

As principais barreiras para a inclusão englobam: estruturas físicas inadequadas nas escolas, falta de profissionais especializados, ausência de salas multifuncionais, escassez de materiais pedagógicos adequados, falta de apoio familiar, falta de compromisso ético por parte da gestão escolar, falta de capacitação dos professores, ausência de apoio do poder público, falta de Projetos Políticos Pedagógicos e falta de adaptações curriculares, dentre outros.

É crucial que a sociedade educativa compreenda que os alunos com NEE, assim como aqueles sem deficiências, devem ser respeitados e valorizados no ambiente escolar para que a inclusão escolar seja uma realidade. Além disso, a educação inclusiva não deve se limitar os muros da escola; é necessário um esforço conjunto da escola, do Estado e da comunidade para transpor as barreiras e garantir a inclusão plena de todas as pessoas com NEE.

O Ministério da Educação (MEC) tem desempenhado um papel fundamental na promoção da inclusão educacional em todo o país, por meio do Programa de Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, implementado desde 2003. Este programa visa disseminar políticas de inclusão em todos os municípios brasileiros, promovendo inovações nas áreas e modalidades de atuação pedagógica para atender às necessidades específicas dos discentes.

A Educação de Alunos com Deficiência Visual: Desafios e Estratégias na Aprendizagem Escolar.

Tradicionalmente, a abordagem sobre a aprendizagem de alunos com deficiência visual se concentra nos meios que podem facilitar seu acesso ao conhecimento, destacando formas que apoiam o trabalho desenvolvido em sala de aula. Este enfoque reconhece a complexidade da aprendizagem, composta por

processos múltiplos e complementares. Essa perspectiva tem sido fundamental para orientar os currículos e as estratégias educacionais atuais.

A deficiência visual é caracterizada pela redução ou perda total da capacidade de enxergar, resultante de causas congênitas ou hereditárias, persistindo mesmo após tratamento clínico ou cirúrgico e uso de óculos convencionais. Pode variar de leve a profunda, incluindo desde baixa visão até a cegueira total, conforme definido pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e pelo Conselho Internacional de Educação de Pessoas com Deficiência Visual (ICEVI).

De acordo com essas organizações, a cegueira implica na perda total da visão ou percepção luminosa em ambos os olhos, exigindo o uso do Sistema Braille e recursos específicos para comunicação escrita. No caso da baixa visão, refere-se ao comprometimento visual em ambos os olhos, mesmo após tratamento, resultando em acuidade visual inferior a 20/70 ou restringindo o campo visual, afetando a execução de tarefas visuais.

No Brasil, estima-se que entre 1,0% e 1,5% da população com deficiência seja composta por pessoas com deficiência visual, aproximadamente 1,7 bilhão de pessoas, sendo 80% com baixa visão e 20% cegas.

De acordo com Raposo e Carvalho, (2010, p. 160 apud SIAULYS, 2006, p. 7). [...] muitos dos problemas causadores da deficiência visual poderiam ser evitados com medidas eficazes de prevenção (programas de saúde, aconselhamento genético, vacinação, acompanhamento pré-natal, saneamento básico, detecção e tratamento precoce das alterações visuais, triagem em creches, pré-escolas e escolas de educação básica).

Segundo Raposo e Carvalho (2010, p. 160), "as definições citadas têm importância legal quanto à elegibilidade para os serviços de atendimento especializado, reserva de vagas em concursos públicos e atendimento preferencial, conforme preconizado em lei". Reconhece-se que um aluno com deficiência visual pode ser considerado um sujeito aprendente, ativo, criativo e reflexivo em seus processos de vida, assim como qualquer outro indivíduo.

De acordo com Kirk (1996), é possível identificar sinais de deficiência visual na criança, como desvio de um dos olhos, falta de acompanhamento visual de objetos, incapacidade de reconhecer visualmente familiares e baixo rendimento escolar. No caso de adultos, sintomas como visão turva, vermelhidão, manchas brancas nos

olhos, dor, lacrimejamento, flashes e redução do campo visual podem indicar a presença de deficiência visual, resultando em esbarrões e tropeços em móveis.

Em todas as etapas de ensino e ciclos de vida, uma pessoa com deficiência visual pode utilizar recursos e estratégias que apoiam o desenvolvimento de atividades escolares, pessoais, profissionais e sociais. As pessoas cegas frequentemente fazem uso do Sistema Braille para leitura e escrita. Esse sistema, desenvolvido por Louis Braille em 1825, oferece um meio eficiente de acesso à instrução, cultura e educação, promovendo a integração social das pessoas cegas.

A escola deve fornecer materiais didáticos adequados, como regletes, equipamentos para escrita em Braille, sorobã (ábaco japonês), sintetizadores de voz e softwares especializados. Entre os softwares, há aqueles que ampliam o texto, realizam a leitura em voz alta e fornecem suporte auditivo.

É importante lembrar que cada aluno deve ter a oportunidade de interagir com os outros, descobrindo suas potencialidades, limitações e habilidades. Uma abordagem inclusiva que reconheça a diversidade humana não deve enfatizar as desvantagens, mas sim buscar compreender as dificuldades do contexto educacional, tornando o currículo mais acessível e adequado para todos.

A interação entre alunos com e sem deficiência não deve ser vista apenas como uma questão de políticas educacionais ou modificações curriculares, mas como um processo subjetivo e interrelacional. É fundamental reconhecer que cada aluno é um usuário do conhecimento e dos serviços oferecidos, auxiliando-o a superar barreiras físicas, emocionais e sociais.

Para que a escola possa lidar efetivamente com alunos com deficiência visual, é essencial que os pais ou responsáveis realizem exames de acuidade visual nas crianças ao detectarem dificuldades de leitura, dores de cabeça ou fadiga ocular durante as aulas. A escola deve organizar os objetos da sala de aula em conjunto com o aluno para facilitar seu acesso e mobilidade. Manter a ordem das carteiras, estantes e mochilas, comunicar alterações previamente e sinalizar os objetos são medidas importantes para garantir a acessibilidade.

Além disso, os alunos deficientes visuais têm direito a materiais adaptados, como livros em Braille ou regletes, durante as aulas. A adaptação dos textos deve ser antecipada em colaboração com os educadores responsáveis pelo AEE, que deve dispor de recursos adequados, como máquinas de Braille e impressoras adaptadas.

A alfabetização em Braille deve ocorrer simultaneamente à das demais crianças na escola, com o suporte do AEE. É importante lembrar que o Estado tem a obrigação de fornecer apoio técnico e financeiro para o atendimento especializado em todas as escolas públicas, conforme estabelecido pelo Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. A administração e a alocação de recursos para esse fim são de responsabilidade da escola e das Secretarias de Educação.

A criação de ambientes adaptados, com sinalização em Braille, corrimãos contrastantes, corredores desobstruídos e piso tátil, é essencial para a inclusão de pessoas com deficiência visual. Além disso, o entorno da escola deve ser acessível, com semáforos sonoros e áreas de saída de veículos adequadas.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada na Escola de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTI) Maria Conceição de Araújo, localizada no distrito de Aranaú, município de Acaraú - CE. Esta escola possui Sala de Recursos Multifuncionais e nos anos de 2019, 2020 e 2021, possuía em sua matrícula um estudante com baixa visão. Eis, o motivo da escolha dessa instituição para participar desta investigação.

Para conduzir este estudo, adotou-se o método de estudo de caso numa abordagem qualitativa.

Na coleta de dados, optou-se pelo procedimento de entrevista semiestruturada com o discente que tem baixa visão, sujeito do estudo. Buscou-se saber do estudante como os professores planejavam e ministravam suas aulas para atender as necessidades de aprendizagem específicas dele; quais recursos tecnológicos foram utilizados na prática de ensino, de que forma ele se adaptou as aulas para efetivar a compreensão dos conteúdos, e quais são suas sugestões sobre o uso dos recursos e estratégias pedagógicas que facilitem o ensino e a aprendizagem para alunos com baixa visão.

Essa investigação foi realizada no período de janeiro a março de 2024.

Descrição e análise de Dados

O sujeito deste estudo, que utilizar-se-á apenas das iniciais de seu nome para identificá-lo, preservando sua identidade, é J. C. R. O. Ele tem baixa visão e tinha 16 anos quando iniciou o Ensino Médio. Durante os três anos desse nível de escolaridade, 2019, 2020 e 2021 estudou na rede regular de ensino, inserido

normalmente na turma comum, e em horário alternativo era atendido no AEE para realizar complementação pedagógica, na Sala de Recursos Multifuncionais na mesma escola.

Para compreender melhor a experiência dele e identificar áreas de evolução, elaborou-se um questionário para entrevistá-lo. Esse instrumento visou capturar as suas percepções sobre o ambiente escolar, o suporte recebido e as dificuldades enfrentadas, fornecendo contribuições valiosas para orientar futuras ações de inclusão e apoio educacional.

A seguir, tem-se a descrição do questionário aplicado ao sujeito desta pesquisa e das respostas proferidas por ele. Ao final será feita a análise das informações coletadas.

Questionário aplicado com J. C. R. O.: experiência na escola e na Sala de Recursos Multifuncionais

Pergunta 1. Conforme a sua percepção, como os professores planejavam suas aulas de modo que atendesse as suas necessidades educacionais específicas?

Todos os professores descreviam o máximo dos conteúdos, seja na lousa ou em formato de vídeo. A descrição desses conteúdos, foi crucial para que eu pudesse acompanhar o que estava sendo passado em sala da mesma forma que os meus colegas.

Pergunta 2. Você era atendido no Atendimento Educacional Especializado na Sala de Recursos Multifuncionais? De que modo acontecia esse atendimento?

Sim. O atendimento acontecia duas vezes por semana e tinha como objetivo o estudo do braille. Além disso as atividades que não era possível serem realizadas na sala regular, era trazida para que eu pudesse receber o auxílio da professora.

Pergunta 3. Quais recursos existiam na Sala de Recursos Multifuncionais para pessoas com deficiência visual? Quais deles você utilizou?

A sala contava com reglete, máquina Perkins, impressora Braille, sorobã, que é uma ferramenta que auxilia deficientes visuais a realizarem operações matemáticas, e lupa de aumento, que proporciona aos alunos com baixa visão a capacidade de ler. Dentre esses materiais, o que eu mais utilizava era a reglete e a máquina Perkins.

Pergunta 4. Como a escola lhe acolheu?

Eu fui acolhido da melhor forma possível! Me lembro quando estava faltando alguns meses para que eu pudesse ingressar no ensino médio, quando o diretor ficou sabendo que eu iria estudar lá, já providenciou todos os meus livros didáticos e isso foi muito gratificante, afinal eu tinha conhecimento por meio dos meios de comunicação que muitos alunos com deficiência visual, não tinha o mínimo de contato com o braille.

Pergunta 5. Você foi engajado em ações mais específicas, tais como projetos atividades na sala de recursos que mais impactaram sua aprendizagem e desenvolvimento? Se sim, quais?

Os projetos científicos nos quais participei foram muito impactantes para minha aprendizagem. Além disso, o uso da música como ferramenta para aprender braille foi uma experiência muito enriquecedora e estimulante.

Pergunta 6. De modo geral, considerando os diversos aspectos, como você descreveria sua experiência na escola nos anos de 2019, 2020 e 2021 em termos de inclusão e suporte educacional?

Minha experiência na escola foi bastante positiva em termos de inclusão e suporte educacional. Senti-me acolhido e apoiado pelos professores e colegas, e as adaptações feitas na sala de recursos me ajudaram a participar plenamente das aulas e alcançar meu potencial acadêmico. Durante a minha trajetória no ensino médio, fui apresentado e participei de vários projetos e ações, como por exemplo feiras de ciências. Protagonizei um projeto que tinha como intuito produzir materiais acessíveis que proporcionavam o aprendizado de deficientes visuais em relação ao ensino de matemática. Lembro-me que, graças a esse projeto, consegui participar do Ceará Científico. Também protagonizei na Semana da Inclusão, que era um evento promovido pela professora AEE e oferecia algumas palestras voltadas para o entendimento da inclusão de pessoas com deficiência. Participei também das lideranças de sala de aula, fui integrante do Grêmio e já no terceiro ano, fui contemplado com a bolsa de monitoria.

Pergunta 7. Como você avalia o suporte recebido na adaptação de materiais e atividades para atender às suas necessidades educacionais especiais?

O suporte recebido na adaptação de materiais e atividades foi excelente. Os professores da sala de recursos sempre estiveram disponíveis para me ajudar e garantir que eu tivesse acesso a todos

os recursos necessários para o meu aprendizado. A minha avaliação de forma geral, vai ao encontro em ser extremamente gratificante, afinal, fui aluno de professores que tiveram a vontade de conhecer o máximo das minhas limitações para que assim, pudessem me transmitir o máximo de conteúdo

Pergunta 08. Quais sugestões sobre o uso dos recursos e estratégias pedagógicas que facilitem o ensino e a aprendizagem para alunos com baixa visão você indica para os professores de modo geral?

Um dos principais fatores que contribuem para que essas pessoas com deficiência visual, seja baixa visão ou cegas, tenham um melhor aproveitamento em relação a escola é que os professores acabem tomando conhecimento sobre as tecnologias que são voltadas para a acessibilidade porque muita coisa de acessibilidade está nas tecnologias, seja nos leitores de telas tanto para celular como para computador. Então, muitos alunos acabam não tendo esse conhecimento. A família não apresenta, não incentiva e chega totalmente desorientado na escola. Então a partir do momento que esses alunos passam a ter esse conhecimento, eles vão evoluir bastante, de verdade. Então, a tecnologia proporciona muita coisa e esses professores têm que ter noção disso, tem que ter conhecimento dessas tecnologias para que eles possam incentivar os alunos a utilizarem elas.

Acrescentou que foi bolsista do Programa de Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e nesse período ficou numa turma que tinha um aluno com deficiência visual e esse estudante tinha conhecimento apenas superficial sobre leitor de telas, mas não sabia como utilizá-lo, como manusear direito. Então apresentou o *talkback* e o ativou para ele, ensinou o rapaz a usá-lo. Concluindo:

Isso foi tão gratificante. Ele passou a ter rede sociais. Passou a ter *WhatsApp*. A mexer mais no *WhatsApp* coisa que era limitado porque ele só poderia se comunicar através de áudio. Então, foi muito gratificante para ele e para mim também foi uma experiência muito legal. Foi muito gratificante poder contribuir para que ele pudesse se incluir mais sabe?! Por isso que eu digo: os professores têm que ter conhecimento sobre os diferentes tipos de tecnologias que são acessíveis tanto para pessoas que tem deficiência visual ou para qualquer outro tipo de deficiência.

As respostas dadas pelo entrevistado revelaram que durante seu tempo na escola, houve mediação da aprendizagem. Conforme Vigotski (2007), “a aprendizagem mediada é aquela que visa estimular o sujeito a interagir com os outros e com o meio ambiente, para transformá-lo e transformar a si”. O engajamento do estudante em projetos científicos, o atendimento na SRM, a interação entre ele, os

professores e demais colegas são condições que favoreceram seu desempenho escolar, a sua autoconfiança e autonomia.

Na experiência vivida na sala de SRM, acentua-se como ponto impactante o uso da música como ferramenta para aprender braille por meio de atividades musicais adaptadas. Os materiais didáticos e paradidáticos foram adaptados para o braille e houve também a criação de atividades acessíveis e inclusivas. Nessa vivência o jovem pôde explorar o sistema braille de forma lúdica e sensorial, facilitando sua aprendizagem e tornando o processo mais envolvente e motivador. Tal fato, colaborou para estimular a sua Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), levando-o a passar do nível de desenvolvimento real para o nível de desenvolvimento potencial.

Conforme Vigotski (2007) a ZDP “caracteriza o desenvolvimento mental prospectivamente”, que é esperável de acontecer. Baseando-se nessa afirmação, pode se considerar que as atividades desenvolvidas na sala de recursos, adaptadas para atender às necessidades específicas do discente, puderam propiciar plenamente sua participação nas aulas e alcance do seu potencial máximo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa desvelaram um avanço significativo no desempenho acadêmico de J. C. R. O. ao longo dos anos de 2019, 2020 e 2021. Por meio da implementação de estratégias pedagógicas inclusivas, como a disponibilização de materiais em braille, o uso de recursos tecnológicos e a adaptação de atividades, os professores conseguiram promover a inclusão do aluno e apoiar seu desenvolvimento integral.

O discente obteve melhora na compreensão de conteúdos, habilidades de expressão escrita e participação ativa nas atividades escolares. Apesar dos desafios encontrados, como a necessidade constante de adaptar os materiais para promover a acessibilidade, a dedicação e criatividade dos professores foram fundamentais para superá-los.

Destaca-se, portanto, a importância das práticas pedagógicas inclusivas na efetivação de uma educação enriquecedora e no apoio ao desenvolvimento de alunos com deficiência visual, como foi o caso do sujeito dessa investigação. O suporte individualizado, o uso de materiais específicos pode garantir seu pleno acesso ao currículo escolar e seu desenvolvimento integral.

Ressalta-se como marco importante na jornada educacional desse estudante a sua aprovação no curso de Música na Universidade Federal do Ceará (UFC) em Sobral, alcançada por intermédio do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Essa conquista representa não apenas seu sucesso acadêmico, mas também a eficácia das estratégias de inclusão adotadas pela escola e pela sala de recursos.

Conclui-se que a colaboração entre professores, equipes de apoio e alunos, criou um ambiente educacional escolar, verdadeiramente, inclusivo.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: buscando rigor e qualidade.** Cadernos de Pesquisa, n. 113, p. 51-64, jul. 2001.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001.** Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 14 set. 2001. Seção 1, p. 39-40.

CERQUEIRA, T. **Evolução e adaptação do sistema braille: implicações para a prática pedagógica.** Revista Brasileira de Educação Especial, v. 12, n. 2, p. 289-304, 2006.

FERREIRA, M. P. **"Propostas de acessibilidade para a inclusão de pessoas com deficiências no ensino superior."** SciELO Brasil, 2007. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 10 de fevereiro de 2024

GLAT, Rosana; NOGUEIRA, Martha L. **Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar.** Rio de Janeiro: Sette Letras, 2002.

KIRK, Samuel. **Educação excepcional.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1996.

RAPOSO, R.; CARVALHO, M. **Deficiência visual: implicações e práticas pedagógicas.** Porto: Porto Editora, 2010.

REILY, Lucia. **História da educação dos cegos no Brasil.** São Paulo: Edusp, 2004.

SIAULYS, M. O. **Caminhando em silêncio: uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na história do Brasil.** São Paulo: Ed. UNESP, 2006.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** 7. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.